



# Brasil

**No Brasil, Scholars at Risk (SAR) relatou o uso de poderes executivos para minar a autonomia da universidade, ações legais destinadas a retaliar a expressão acadêmica e violência que ameaça a segurança das comunidades de ensino superior.**

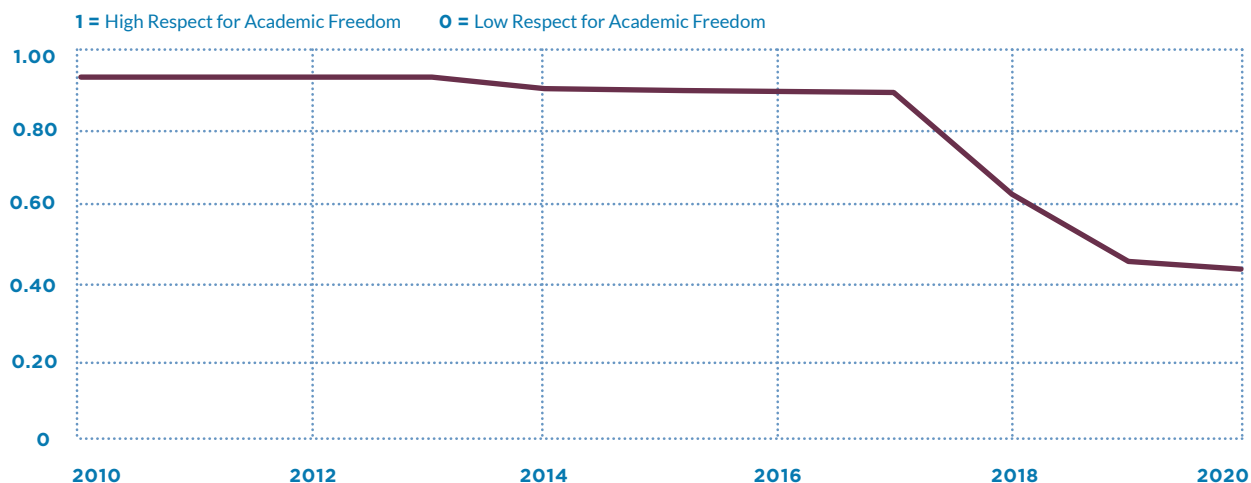
O Brasil assinou instrumentos jurídicos nacionais e internacionais vinculativos que protegem a liberdade acadêmica e o ensino superior em geral. O Brasil é parte do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que prevê o direito à liberdade de opinião e expressão (artigo 19), e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que prevê o direito à educação (artigo 13) e exorta os estados-partes a “respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criativa” (artigo 15(3)). O pleno exercício da liberdade acadêmica depende também do respeito à autonomia institucional, definida como “aquele grau de autonomia necessário para a efetiva tomada de decisão pelas instituições de ensino superior quanto ao seu trabalho acadêmico, normas, gestão e atividades correlatas condizentes com os sistemas de responsabilização pública, especialmente no que diz respeito ao financiamento fornecido pelo Estado, e respeito à liberdade acadêmica e aos direitos humanos.”<sup>1</sup> A constituição do Brasil dispõe sobre proteções explícitas para a liberdade acadêmica, observando que “[a] cada um deve ser conferida com base em...” a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;” (Artigo 206.2) e autonomia institucional (Artigos 206 e 207), observando que “[as] universidades gozam

de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207).<sup>2</sup>

Desde a eleição presidencial de 2018, a liberdade acadêmica e a comunidade de ensino superior do país estão sob intensa pressão. O presidente Jair Bolsonaro tem usado com frequência retórica inflamatória para depreciar acadêmicos e instituições acadêmicas. Por meio de decretos presidenciais e dos poderes de seus ministros, o governo Bolsonaro também tem buscado punir e ter maior controle sobre as instituições de ensino superior. Seu ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, declarou cortes no orçamento direcionados a três universidades federais que ele acusou de promover “balbúrdia” e realizar reuniões partidárias em seus campi, provocando indignação de que o ministério estava punindo seletivamente as universidades por motivos ideológicos.<sup>3</sup> Os cortes orçamentários foram então estendidos a todas as universidades financiadas pelo governo federal. O presidente Bolsonaro também publicou decretos emergenciais com o objetivo de dar a si mesmo e a seu ministro da Educação maior poder no processo de nomeação de reitores e alterar o próprio sistema de eleições para reitores das universidades federais.<sup>4</sup> Embora esses decretos

\* Em 2019 e 2020, o presidente Bolsonaro publicou duas medidas provisórias (MPs) destinadas a conferir ao poder executivo maior controle sobre a nomeação de liderança nas 16 universidades federais do país. O presidente pode tomar medidas provisórias em circunstâncias urgentes ou excepcionais. As medidas provisórias entram em vigor imediatamente após a sua publicação; no entanto, o Congresso tem poderes para aprovar, alterar ou rejeitar a medida provisória no prazo de 120 dias. Se não for aprovada no prazo de 120 dias, uma medida provisória caduca e perde a sua validade. A MP 914/2019, de 24 de dezembro de 2019, rejeitou oficialmente uma tradição, que remonta a 2003, de o presidente do Brasil escolher candidatos a reitor que ganharam a maioria dos votos por professores, funcionários e alunos. Conforme a MP 914, o presidente poderia escolher livremente entre os três principais candidatos, referidos como a “lista tripla”. A MP 914 também impôs às universidades federais um sistema ponderado para o voto dos candidatos a reitor. A MP 914 caducou em 1º de junho de 2020, perdendo força de lei. Em 10 de junho, em meio à rápida escalada da pandemia de COVID-19 no Brasil, o presidente Bolsonaro publicou a MP 979/2020 (MP 979), que daria ao ministro da Educação poderes para designar reitores e vice-reitores *pro tempore* nas universidades federais, sem consultar essas mesmas instituições. Em dois dias, no entanto, o presidente do Congresso do Brasil rejeitou a MP 979 por violar a autonomia universitária. Ver “Legislative and Administrative Threats to Institutional Autonomy and Academic Freedom,” in SAR, *Free to Think 2020* (Novembro de 2020), pp. 98-99, <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2020/>.

## ÍNDICE DE LIBERDADE ACADÊMICA: BRASIL



As eleições presidenciais de 2018 marcaram um ponto decisivo drástico para a liberdade acadêmica no Brasil. Sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, os acadêmicos e estudantes do Brasil têm enfrentado ameaças e assédio com base em suas visões e identidades, ações legais para sua expressão acadêmica e uma erosão da autonomia institucional, especialmente no processo de nomeação do reitor. Saiba mais sobre os dados acima, disponibilizados pelo Academic Freedom Index, uma ferramenta desenvolvida em conjunto pelo Global Public Policy Institute (GPPi), pelo Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg (FAU), pelo V-Dem Institute e pelo SAR, em <https://www.gppi.net/2021/03/11/free-universities>.

tenham sido recebidos com oposição e, finalmente, rejeitados pelo Congresso, Bolsonaro, no entanto, usou agressivamente sua autoridade no processo de nomeação do reitor de universidades, muitas vezes ignorando os principais candidatos indicados pelo corpo docente, funcionários e estudantes da universidade e, em vez disso, escolhendo indivíduos com os quais ele está politicamente alinhado. Em dezembro de 2020, o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal do Brasil, recusou um pedido de liminar da Ordem dos Advogados exigindo que o presidente observasse uma “longa tradição” de escolher como reitor o primeiro candidato entre a “lista tripla”, os três principais candidatos indicados por membros da comunidade universitária. A justiça, em vez disso, decidiu que os nomeados estivessem apenas entre os três primeiros.<sup>4</sup> Em fevereiro de 2021, o Tribunal havia indeferido a liminar de Fachin, alegando que a lei federal já exigia o que a justiça havia decidido e que a mesma lei, a Lei Federal 9.192/1995, era objeto de uma ação pendente na justiça federal.<sup>5</sup> Até o momento, Bolsonaro nomeou 20 reitores que professores, funcionários e alunos não reconheceram como sua primeira escolha.<sup>6</sup>

Estudantes e acadêmicos sofreram uma série de ataques, ameaças e assédio com base em seu trabalho, pontos de vista e identidades desde 2018.<sup>7</sup> Durante o período relatado, autoridades estaduais e funcionários públicos brasileiros buscaram punir estudiosos

individuais por sua expressão pública por meio de ações legais e pressionando atores universitários.

Em 2 de março de 2021, o ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e epidemiologista **Pedro Rodrigues Curi Hallal** e seu colega **Eraldo dos Santos Pinheiro** foram objeto de investigação criminal e sanção pública em retaliação às críticas públicas ao papel do presidente Bolsonaro no processo de nomeação do reitor. Nas eleições para reitor da UFPEL em 2021, a comunidade acadêmica da universidade votou esmagadoramente para que Pinheiro sucedesse Hallal como reitor no período de 2021-24. O presidente Bolsonaro, em vez disso, nomeou uma das opositoras de Pinheiro na eleição, Isabela Fernandes Andrade. Em evento oficial, online da UFPEL, em 7 de janeiro de 2021, Hallal e Pinheiro chamaram a nomeação de Andrade por Bolsonaro de “um golpe à comunidade acadêmica”, afirmaram que o presidente era um defensor da tortura e alegaram ser o responsável por criar instabilidade nas universidades. Hallal afirmou ainda que a universidade faria tudo o que estivesse ao seu alcance para recorrer da decisão do presidente Bolsonaro. O deputado federal Bibo Nunes abriu uma investigação federal sobre os comentários na Controladoria-Geral da União (CGU) do Brasil, afirmando que pretendia que Hallal fosse demitido de seu cargo. Em 2 de março, a CGU descartou infrações graves; no entanto, tanto Hallal quanto Pinheiro assinaram os chamados

Termos de Ajustamento de Conduta (“TACs”), modos extrajudiciais de resolução de disputas que dispõem que os chamados “agressores” se comprometem com alguma mudança de comportamento e estão sujeitos a sanções legais se não atenderem a essas condições. De acordo com seus TACs, que foram assinados em circunstâncias pouco claras, Hallal e Pinheiro haviam feito “uma declaração desrespeitosa dirigida ao Presidente da República”, em seu “local de trabalho”. Nos termos dos TACs, nenhum professor poderia violar o artigo 117, V, da Lei 8112, que proíbe os funcionários públicos de “promover expressões de apreço ou desaprovação no local de trabalho”, por um período de dois anos. Durante esse período, nenhum professor poderá criticar o presidente Bolsonaro em um evento universitário.

Em maio de 2021, o professor de direito da Universidade de São Paulo (USP) **Conrado Hübner Mendes** enfrentou o primeiro de uma série de ataques por artigos de opinião que escreveu. Em 3 de maio de 2021, o Procurador-Geral do Brasil (PGR) apresentou uma denúncia ao comitê de ética da USP exigindo uma investigação sobre Mendes sobre comentários públicos que ele fez sobre o PGR nas redes sociais e em uma coluna para o jornal, *Folha de São Paulo*.<sup>8</sup> Mendes havia criticado o trabalho do PGR, Antônio Augusto Brandão de Aras, em uma coluna intitulada “Aras é a antecâmara de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional”. Em uma série de tweets, Mendes também descreveu Aras como um “servidor do presidente” e alegou que algumas das omissões legais da PGR foram em benefício de Bolsonaro. Em sua denúncia ao comitê de ética, Aras acusou Mendes de violar os artigos 5º, 6º e 7º do Código de Ética da USP, que estabelecem que os membros da comunidade da USP têm o dever de incentivar o “respeito à verdade”, agir “de maneira compatível com a moralidade” e abster-se de “divulgar informações de maneira sensacional, promocional ou falsa”.<sup>9</sup> O comitê de ética da USP ainda não anunciou se tomará alguma medida punitiva contra a Mendes. Além da denúncia ao comitê de ética, o PGR Aras também apresentou uma denúncia criminal contra a Mendes, acusando-o de calúnia, injúria e difamação em conexão com a atividade expressiva acima mencionada.<sup>10</sup> Os advogados de Aras argumentaram que Mendes não se limitou a criticar Aras, mas também acusou a PGR de ser mentiroso em suas ações, o que poderia ser considerado calunioso. Em 10 de junho, o Ministério Público que supervisionava o caso votou a favor da continuidade da investigação dos comentários de Mendes. Desde 1º de julho, o caso está em andamento. Em um terceiro ataque a Mendes, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Kássio Nunes Marques,

apresentou uma denúncia à PGR Aras, exigindo uma investigação criminal contra o professor da USP para um artigo opinativo separado.<sup>11</sup> O ministro Nunes Marques acusou Mendes de fazer declarações “falsas e/ou prejudiciais” em artigo de 6 de abril na *Folha de São Paulo* intitulado, “O STF come o pão que o STF amassou”.<sup>12</sup> No artigo, Mendes criticou o ministro Nunes Marques por permitir grandes encontros religiosos durante a pandemia da COVID-19. O ministro Nunes Marques alegou que o artigo poderia ser considerado calúnia, injúria e difamação e solicitou que a PGR investigasse e responsabilizasse criminalmente a Mendes.

A violência também continua a ameaçar membros da comunidade de ensino superior do Brasil, dentro e fora do campus.

Na **Universidade Paulista**, por exemplo, uma bomba caseira foi descoberta em um banheiro, forçando alunos e professores a evacuar pouco antes de um exame.<sup>13</sup> A Polícia Militar isolou a área e examinou e neutralizou o objeto, que tinha uma quantidade de pólvora semelhante aos dispositivos explosivos usados para detonar caixas eletrônicas. A universidade acreditava que o dispositivo foi colocado naquele local para causar “tumulto” para os alunos que o exame.

Em 12 de maio, a Guarda Municipal, uma força de segurança estadual local, prendeu três estudantes da **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)** durante um protesto não violento sobre os cortes nos gastos com o ensino superior do ministro da Educação Milton Ribeiro.<sup>14</sup> Um pequeno grupo de estudantes da UFRGS havia se reunido em frente à entrada de uma rádio, onde Ribeiro daria uma entrevista, e cantou em protesto pelos cortes de gastos. Quando Ribeiro se aproximou da entrada, membros de sua comitiva, incluindo funcionários e guardas pessoais, fisicamente se envolveram e empurraram para fora do caminho alguns dos manifestantes. Na rua, os guardas municipais tentaram dispersar os manifestantes disparando munição em direção ao chão, usando spray de pimenta e empurrando os manifestantes. Na rua, havia poucos manifestantes e relatos e vídeos do protesto não sugerem que os alunos estivessem agindo de forma violenta ou irresponsável. O comandante da Guarda Municipal em Porto Alegre, Marcelo Nascimento, afirmou que as armas estavam carregadas com munição não-letal para “dispersar” os manifestantes.

\*\*\*

A SAR declara sua forte preocupação com o estado da liberdade acadêmica no Brasil. Tentativas frequentes de contornar a vontade de professores,

funcionários e alunos no processo de nomeação de reitores representam um perigoso afastamento das tradições e normas democráticas da comunidade universitária federal do Brasil e ameaçam uma maior politização do setor de ensino superior do país. Ações legais destinadas a punir os acadêmicos por suas ideias e opiniões prejudicam a capacidade do setor de questionar e compartilhar ideias. A violência dirigida a campi ou manifestantes estudantis também mina a liberdade acadêmica e reduz o grau em que as instituições de ensino superior servem como espaços de discurso livre e aberto.

A SAR pede às autoridades brasileiras que respeitem, protejam e promovam a liberdade acadêmica, incluindo a garantia da autonomia das comunidades universitárias para determinar e supervisionar a nomeação de liderança, abstendo-se de ataques diretos ou indiretos à expressão acadêmica ou outra atividade expressiva não violenta por acadêmicos e estudantes e garantindo a segurança das comunidades de ensino superior. A SAR apela ainda aos líderes do governo e do ensino superior em todo o mundo para que exortem seus homólogos brasileiros a pressionar pelas medidas acima.

## NOTAS

1. Ver UNESCO, "Recommendation concerning the Status of Higher-Education Teaching Personnel," November 11, 1997, para. 17, [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13144&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13144&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html).
2. Constituição do Brasil (2017), disponível em [https://www.constituteproject.org/constitution/Brazil\\_2017.pdf](https://www.constituteproject.org/constitution/Brazil_2017.pdf).
3. "MEC cortará verba de universidade e já mira UnB, UFF e UFBA," R7, 30 de abril de 2019, <https://noticias.r7.com/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba-30042019>; Diane Jeantet, "Brazil plans to slash funding of universities by 30 percent," *Associated Press*, May 1, 2019, <https://apnews.com/article/45c37c7b100048f0819571ca60e866ef>; Elizabeth Redden, "In Brazil, a Hostility to Academe," *Inside Higher Ed*, May 6, 2019, <https://www.insidehighered.com/news/2019/05/06/far-right-government-brazil-slashes-university-funding-threatens-cuts-philosophy-and>.
4. James Angelo, "Nomeação de reitores deve respeitar lista tríplice, decide Fachin," *Consultor Jurídico*, 10 de dezembro de 2021, <https://www.conjur.com.br/2020-dez-10/nomeacao-reitores-respeitar-lista-triplice-decide-fachin>. Ver também "Lei Nº 9.192, de 21 de Dezembro de 1995," Article 1º, available at [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19192.htm).
5. Danilo Vital, "STF derruba cautelar que obriga escolha de reitor mais votado da lista tríplice," *Consultor Jurídico*, 6 de fevereiro de 2021, <https://www.conjur.com.br/2021-fev-06/stf-derruba-cautel-ar-obriga-escolha-reitor-votado>.
6. Soraya Soubhi Smaili, "Listas tríplíce e escolha de reitores: por que são vitais para a universidade?" *Metrópolis*, 3 de outubro de 2021, <https://www.metropoles.com/ponto-de-vista/listas-triplices-e-escolha-de-reitores-por-que-sao-vitais-para-a-universidade>.
7. Ver "Assault on Brazil's Higher Education Space," in SAR, *Free to Think 2019* (November 2019), pp. 54-57, <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>.
8. SAR Academic Freedom Monitoring Project (AFMP), May 3, 2021, <https://www.scholarsatrisk.org/report/2021-05-03-university-of-sao-paulo/>.
9. Ver Código de Ética da USP disponível em <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-4871-de-22-de-outubro-de-2001>.
10. SAR AFMP, May 20, 2021, <https://www.scholarsatrisk.org/report/2021-05-20-university-of-sao-paulo/>.
11. SAR AFMP, July 14, 2021, <https://www.scholarsatrisk.org/report/2021-07-14-university-of-sao-paulo/>.
12. Ver Conrado Hübner Mendes, "O STF come o pão que o STF amassou," *Folha de São Paulo*, 6 de abril de 2021, <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2021/04/o-stf-come-o-pao-que-o-stf-amassou.shtml>.
13. SAR AFMP, April 23, 2021, <https://www.scholarsatrisk.org/report/2021-04-23-universidade-paulista/>.
14. SAR AFMP, May 12, 2021, <https://www.scholarsatrisk.org/report/05-12-2021-federal-university-of-rio-grande-do-sul/>.